

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.827, DE 2023

Acresce o artigo 301-A à Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, determinando o tempo máximo para a liberação das pistas após acidentes com vítimas e fixa outras providências.

Autor: Deputado RODRIGO GAMBALE

Relator: Deputado GILBERTO ABRAMO

I - RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 1.827, de 2023, que propõe alterar a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para determinar tempo máximo para liberação das pistas após acidentes com vítimas.

Por meio do referido projeto, o Autor propõe que a liberação das vias impactadas por acidentes com vítimas ocorra em até três horas em ruas e estradas dentro das cidades ou em áreas rurais, e em até cinco horas nas rodovias estaduais e federais. As referidas tolerâncias serão acrescidas em duas horas no caso de ocorrências envolvendo mais de seis veículos.

Para o alcance dos objetivos da proposição, o Autor propõe ainda a criação de central de atendimento a acidentes de trânsito, composta por órgãos como as polícias militar, civil e científica, Corpo de Bombeiros e Instituto Médico Legal (IML).

Na justificação, defende a necessidade de medidas que estimulem atuação mais rápida dos órgãos competentes em caso de sinistros de trânsito, com base no exemplo recente de acidente entre duas carretas



ocorrido na Rodovia dos Imigrantes, que, mesmo sem vítimas, levou à interrupção do tráfego por mais de oito horas.

A proposição foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Viação e Transportes, às quais compete proferir parecer de mérito, conforme o art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); de Finanças e Tributação, para análise de mérito e de adequação financeira e orçamentária; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme o art. 54 do RICD.

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a matéria recebeu parecer favorável e foi aprovada na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e o regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em exame trata da inserção no CTB da previsão de tempo máximo para liberação das pistas pelos órgãos competentes em caso de acidentes com vítimas nas vias urbanas e rurais do País.

Embora reconheçamos a nobreza da iniciativa do ilustre Autor, ao buscar mitigar os impactos ao transporte de cargas e pessoas decorrentes de eventos indesejáveis como os acidentes de trânsito, entendemos que a proposição apresentada não deve prosperar, pelas razões de fato apresentadas a seguir.

Inicialmente, convém observar que a Lei nº 5.970, de 1973, já estabelece a possibilidade de a autoridade policial que primeiro tomar



conhecimento do sinistro de trânsito autorizar, independentemente de perícia, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos envolvidos, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego. Para tanto, deverá lavrar previamente boletim de ocorrência, consignando os fatos, testemunhas e demais circunstâncias necessárias ao esclarecimento da verdade.

Nesse mesmo sentido, o art. 176 do CTB prevê que a não adoção, por parte dos condutores envolvidos em acidentes com vítimas, de medidas no sentido de evitar perigo para o trânsito no local do acidente, bem como a não remoção do veículo por determinação de policial ou agente da autoridade de trânsito, configuram infrações de trânsito gravíssimas.

A medida legislativa em apreço propõe estabelecer parâmetro objetivo ao tempo necessário à liberação do tráfego em vias impactadas por acidentes de trânsito com vítimas, trazendo métrica de difícil controle e fiscalização, e sem levar em consideração os reais motivos que levam a eventuais bloqueios viários em função das particularidades de cada ocorrência.

Nesse sentido, é imperioso destacar que, em sinistros mais graves, a atuação das equipes de socorro se reveste de complexidade adicional, envolvendo atividades críticas como o desencarceramento de vítimas presas nas ferragens ou mesmo a utilização de helicópteros para a condução de feridos às unidades hospitalares mais próximas. Entendo que a atribuição de tempo máximo para desobstrução das vias pode pressionar os socorristas a agirem de forma mais célere, prejudicando a cautela que deve balizar as atividades de salvamento de vidas.

Ademais, é oportuno consignar que a preservação do local do acidente é essencial para garantir a qualidade das atividades de perícia, especialmente relevantes para a definição de culpa em casos que possam configurar crime de lesão corporal ou homicídio.

Quanto ao Substitutivo aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, apesar de reconhecer que a retirada da previsão explícita de tempos máximos para a liberação das pistas constitui aprimoramento importante ao projeto, entendo que sua aprovação não é



oportuna, pelo fato de suas disposições se limitarem a refletir o regramento já trazido pela Lei nº 5.970, de 1973.

Por fim, no tocante à criação de centrais de atendimento a sinistros de trânsito, entendemos que tal matéria deve ser objeto de regulamentação por medida infralegal, a ser editada pelo Poder Executivo, que circunscreve os órgãos competentes pelo atendimento às ocorrências de trânsito nas vias municipais, estaduais, distritais e federais do País.

Pelo exposto, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.827, de 2023, bem como do Substitutivo aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado GILBERTO ABRAMO
Relator

